

ISSN

working papers/textos para discussão
número 6 ▪ agosto 2012

**Competição e profissionalização política: as
eleições para deputado federal
no Brasil em 2010**

Luiz Domingos Costa (ufpr/nusp; facinter)
Adriano Codato (ufpr/nusp)



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

Luiz Domingos Costa é Mestre em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2005). Atualmente é professor da Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER) nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais e pesquisador do **Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira** da UFPR. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Classes Sociais e Grupos de Interesse, atuando principalmente nos seguintes temas: recrutamento parlamentar, poder legislativo, composição social, carreiras políticas e elites políticas. E-mail: luizdomingos@gmail.com

Adriano Codato é Doutor em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná - UFPR desde 1992, é fundador e editor da **Revista de Sociologia e Política** (www.scielo.br/rsocp) e um dos coordenadores do **Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira** da UFPR (www.nusp.ufpr.br). E-mail: adriano@ufpr.br

Resumo:

O trabalho discute a profissionalização política nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2010. Partindo da constatação de que ser político profissional é a variável mais importante para determinar o sucesso eleitoral de um candidato à CD, o paper verifica como se dá a combinação entre as variáveis “ser político profissional”, condições políticas de competição (magnitude do distrito e blocos ideológicos), receitas de campanha e desempenho eleitoral para o universo dos 4.124 candidatos a deputado federal em 2010. Os resultados mostram (a) baixa relação entre a magnitude do distrito a profissionalização dos competidores; (b) que os políticos profissionais estão em maior proporção nas listas dos partidos com melhores desempenhos; (c) que a presença dos profissionais é menos comum nos partidos de direita; e (d) que são os políticos que angariam maior quantidade de recursos financeiros.

Este trabalho¹ parte de alguns achados recentes a respeito das características sociopolíticas dos candidatos e dos eleitos para deputado federal no Brasil (Renato Monseff Perissinotto & Miríade 2009; Renato M. Perissinotto & Bolognesi 2010). Também compartilhamos com esses trabalhos a orientação segundo a qual o estudo combinado dos eleitos e dos candidatos oferece uma trilha importante para a análise das características distintivas dos vitoriosos em relação aos demais universos que orbitam à elite política, em especial aos candidatos derrotados. Trata-se de um espírito analítico muito próximo aos autores mencionados, tanto teórica como metodologicamente. No que diz respeito à concepção teórica, trata-se de insistir nas características de *social background* do pessoal político em atuação no país, procurando mensurar como as variáveis sociais de médio e longo prazo constituem os pavimentos iniciais do caminho que leva um indivíduo ao universo político representativo (Putnam 1976; Stanworth & Giddens 1974; Giddens 1974). Sob esse ângulo, a elite política emerge de espaços sociais mais ou menos determinados pela configuração da sociedade em questão, de modo que a ambição política é resultado não de uma “vocação”, mas da combinação complexa de fatores socioeconômicos que caracterizam uma dada sociedade (Gaxie 1980). Metodologicamente, trata-se de seguir a proposição de Pippa Norris (Norris 1997) que propõe que o correto entendimento do *recrutamento político* requer o estudo do conjunto daqueles que efetivamente se lançam ao empreendimento político, incluindo aqueles que não logram êxito (os candidatos perdedores) e também aos aspirantes a candidatos (etapa exclusivamente voltada para o momento partidário da seleção, não contemplada na discussão que apresentaremos a seguir).

O esforço de comparar as características dos candidatos e dos eleitos no Brasil já produziu resultados importantes (Braga et al. 2009; Renato Monseff Perissinotto & Miríade 2009; Renato Monseff Perissinotto & Bolognesi 2010; Bohn 2007)². Como aqueles três primeiros estudos se dedicam ao universo dos deputados federais e trabalham com as variáveis extraídas da mesma fonte – as informações de registro de candidaturas do sítio TSE – cabe especificar as semelhanças e diferenças do material que será apresentado aqui.

Quanto às semelhanças, além daquelas de cunho teórico-metodológico já apresentadas, esse *paper* reforça o achado que aponta a categoria “político profissional” como uma das mais importantes para determinar o sucesso eleitoral dos candidatos à deputado federal no Brasil, atualizando os dados para as eleições de 2010, porquanto nossos interlocutores concluíram suas análises até as eleições de 2006.

¹ Trabalho apresentado originalmente no 8º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – Gramado – RS, 1 a 4 de agosto d 2012. Os autores agradecem a Emerson U. Cervi (UFPR-UEPG) pela consultoria na formatação na base de dados utilizada nesse trabalho.

² Aqui a proximidade é maior com relação aos dois primeiros trabalhos, por tratarem da competição para o mesmo cargo (ao passo que Bohn discute o trabalho para senadoras no Brasil e nos EUA), e pela identificação com os propósitos mais amplos de discutir variáveis sociais.

A partir daí, investiremos em novos cruzamentos para explorar como essa categoria se combina com as condições da competição político-eleitoral. A especificidade desse paper reside, portanto, no uso das variáveis referentes (i) ao desempenho eleitoral (votação nominal), (ii) às receitas de campanha, (iii) às diferentes magnitudes distritais e (iv) aos partidos tomados separadamente. Assim, além de atualizar os dados referentes à última eleição, o trabalho que segue lida com variáveis propriamente políticas para dimensionar a magnitude da presença de políticos profissionais entre os eleitos, abrindo uma nova frente de estudos.

O político profissional

Uma das questões mais importantes na sociologia política contemporânea diz respeito à profissionalização da atividade política e as suas consequências. Além de Weber, os teóricos das elites são aqueles que contribuíram diretamente para a reflexão desse fenômeno, pois lançaram grandes postulados que seriam tomados como hipóteses básicas de um programa de pesquisas dedicado à sua confirmação. Nas palavras de Max Weber, a substituição do ‘notável’ pelo ‘profissional’ se daria quando se constatasse que, além de viver *para* a política, os indivíduos passassem a viver *da* política (Weber 1994). Nessa concepção há uma grande conexão entre as circunstâncias socioeconômicas de fundo (o *social background*), a especialização dos agentes e o processo complexo de autonomização da esfera política perante as demais esferas sociais.

Este é um postulado amplamente aceito e confirmado pelas sondagens empíricas nos países de democracia mais antiga (Guttsman 1974; Gaxie 1983; Polsby 2008), mas ainda apenas ‘esperado’ em democracias mais recentes, como no caso do Brasil. Com a ajuda de autores que se dedicaram ao entendimento do fenômeno de forma pioneira, estamos aqui interessados em dimensionar quais as condições sociopolíticas intervenientes que auxiliam favoravelmente a carreira do político profissional³.

Embora não pareça razoável duvidar que as instituições políticas brasileiras sejam operadas por políticos profissionais, ainda nos parece razoável

³ Há uma distinção importante no interior desse conjunto de trabalhos. Alguns deles (i) se preocupam com a mudança macrossocial do fenômeno, em escalas temporais amplas e com universos grandes (Guttsman 1974; Best & Cotta 2000; Freire 2002; Pinto & Freire 2003). Uma segunda inclinação (ii) diz respeito ao acompanhamento microssocial dessa mudança, ao abandono das carreiras anteriores, à importância financeira da carreira política, e à comparação sincrônica de diferentes tipos de profissionalização. Há ainda uma terceira linha de investigação (iii) que procura mostrar menos a mudança em direção à profissionalização e mais o resultado dela, enfatizando diferentes tipos de ambições políticas (Samuels 2008; Di Martino 2009). Enquanto a primeira olha para o passado mais distante, geralmente analisando mais de um cargo, a segunda se preocupa com as mudanças mais recentes em termos qualitativos (e comparações entre cargos), e a terceira procura empreender uma análise mais relacionada com tendências e cenários focada em cargos específicos. O presente trabalho, pelas suas limitações metodológicas, não logra estabelecer o alcance analítico de nenhuma das inclinações, mas pretende apontar para a discussão presente nas perspectivas i e ii.

especificar devidamente o fenômeno. Afinal, os políticos profissionais estão igualmente distribuídos pelos diferentes partidos políticos? Esses agentes se distribuem uniformemente pelo território nacional, mesmo com distritos de magnitudes e condições de competição política tão díspares? E quanto ao financiamento das campanhas, como eles se beneficiam se comparado com outras categorias ocupacionais? Essas são algumas das questões que pretendemos responder nesse texto. Especificamente, trataremos de realizar um estudo exploratório de como se dá a combinação da categoria ‘político profissional’ com outras categorias importantes na competição política para deputado federal no Brasil recente.

Políticos profissionais e demais ocupações nas eleições de 2010

Das 4.124 candidaturas válidas (aquelas definidas como “aptas” pelos Tribunais Regionais Eleitorais) para deputado federal em 2010, 543 foram catalogadas como ‘político’, que são aqueles que se apresentaram como profissionais detentores de cargos políticos eletivos. A distribuição ficou da seguinte forma: 1 prefeito, 6 senadores, 163 vereadores, 373 deputados (dos quais não se distinguia se federais ou estaduais).

De acordo com a categorização das ocupações adotadas neste trabalho, trata-se do grupo mais bem sucedido eleitoralmente: 52% se elegeram, contra 10% de eleitos entre os profissionais liberais e 8,6% entre aqueles que se declararam como empresários e 6,6% daqueles advindos do magistério. Dentre as variáveis sociográficas (aquelas que indicam o perfil social básico do grupo), trata-se daquela que mais apresenta conexão com a probabilidade de vencer a eleição para deputado federal. Isso está de acordo com os últimos achados sobre o problema (Renato M. Perissinotto & Bolognesi 2010) para as eleições entre 1998 e 2006.

Quando cruzamos ocupação por situação política (eleito/não eleito) temos o seguinte⁴:

⁴ Tabelas com dados de sexo e escolaridade estão no Anexo, ao final desse *paper*.

Tabela 1 – Ocupação por resultado eleitoral, Câmara dos Deputados, 2010.

	Não eleito	Eleito	Total
trabalhador	370	13	383
	96,6%	3,4%	100,0%
magistério	212	15	227
	93,4%	6,6%	100,0%
pequeno comerciante	215	7	222
	96,8%	3,2%	100,0%
eclesiástico	26	2	28
	92,9%	7,1%	100,0%
funcionário público	492	12	504
	97,6%	2,4%	100,0%
profissional liberal	968	110	1078
	89,8%	10,2%	100,0%
político	260	283	543
	47,9%	52,1%	100,0%
empresário	415	39	454
	91,4%	8,6%	100,0%
aposentado	160	2	162
	98,8%	1,2%	100,0%
outro	493	30	523
	94,3%	5,7%	100,0%
Total	3611	513	4124
	87,6%	12,4%	100,0%

Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

Uma questão importante no debate sobre acesso aos postos políticos se refere aos filtros prévios exercidos por alguns atributos sociais como parte do processo de recrutamento. Nesse sentido, algumas características sociais representam obstáculos (quando esbarram nos filtros), ao passo que outras representam trunfos (quando não esbarram e superam os filtros). De acordo com esse raciocínio, para que alguma característica social seja relevante como obstáculo ou como trunfo é necessário que haja discrepâncias entre as categorias, ou seja, que os dados não sejam completamente homogêneos entre todas as ocupações. Por exemplo, se na tabela que compara o resultado eleitoral entre as diversas ocupações todas as categorias ocupacionais apresentassem valores muito próximos de proporção de “eleitos” e “não eleitos”, então a ocupação não representaria um filtro significativo. Entretanto, observando a Tabela 1, isso não acontece. Percebe-se que os valores mudam pouco entre diversas ocupações, à exceção da categoria “político”, que destoa de todas de forma muito acentuada. É possível afirmar, portanto, que essa categoria ocupacional representa, perante as demais aqui agregadas, aquela com maior peso relativo como trunfo.

Além disso, o que chama a atenção na tabela acima é proximidade dos valores da maioria das linhas, que em praticamente todas as categorias ocupacionais estão com valores semelhantes (acima de 90% para os não eleitos e abaixo dos 10% para os eleitos). Isso indica que para a maioria das ocupações, a proporção de candidatos é muito alta em relação à proporção de eleitos. Naquelas categorias em que o percentual de não eleitos é ainda mais próximo de 100% é possível conjecturar que se constituem em obstáculos para a conquista da cadeira parlamentar. Contudo, essa especulação só poderia ser corroborada com uma análise das trajetórias políticas dos indivíduos distribuídos pelos diferentes perfis ocupacionais que demonstrasse a menor inserção política prévia desses agentes.

Quando a categoria “político” é desagregada podemos detalhar quais foram os cargos políticos que apresentaram melhor performance. Percebe-se que a sobrerrepresentação dos políticos eleitos em relação aos candidatos é especialmente válida para o caso dos deputados, seguida de igualdade de proporção entre os senadores candidatos e eleitos. Com relação aos vereadores, o percentual de sucesso é bastante baixo. Desse modo, podemos afirmar que a vantagem da categoria “político” quando vista mais de perto deve ser matizada, pois os dados indicam uma enorme diferença entre o desempenho daqueles com cargos de deputado estadual ou federal em relação aos seus pares com cargos na vereança ou nas prefeituras.

Tabela 2 – Ocupação “político” desagregada por resultado eleitoral, eleições Câmara dos Deputados, 2010

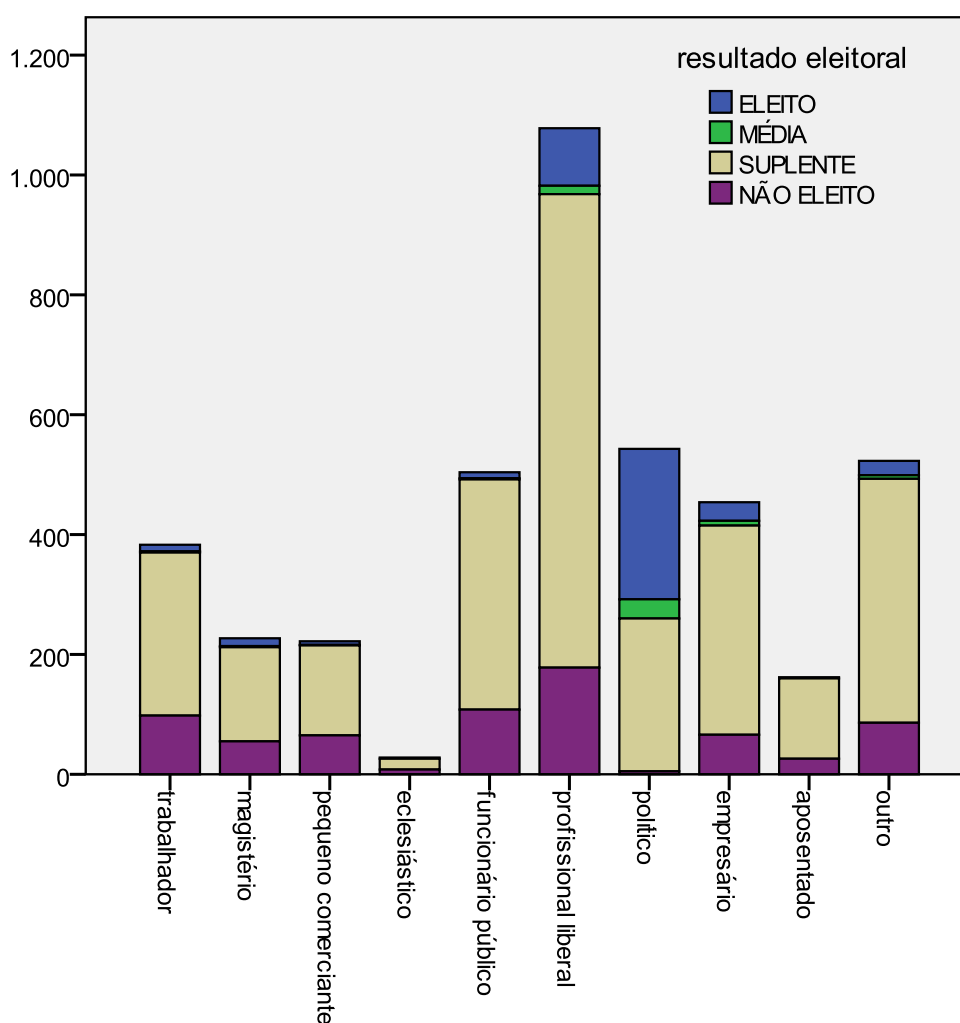
	Não eleito	Eleito	total
prefeito	1 100,0%	0 ,0%	1 100,0%
senador	3 50,0%	3 50,0%	6 100,0%
deputado	105 28,2%	268 71,8%	373 100,0%
vereador	151 92,6%	12 7,4%	163 100,0%
Total	260 47,9%	283 52,1%	543 100%

Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

O Gráfico 1, adiante, representa as relações entre três variáveis e permite visualizar aquilo que está registrado na Tabela 1 com mais facilidade. Cada coluna indica a quantidade de candidatos por ocupação agregada. As cores dentro das colunas indicam o volume de candidatos de cada ocupação que foram eleitos, eleitos pela média do partido (ou coligação), suplentes ou não

eleitos. O eixo Y é o número de candidatas. Percebe-se que a ocupação com maior quantidade de candidatas foi “profissional liberal”, porém com baixa taxa de sucesso (cor azul). Chama a atenção a coluna referente à ocupação “funcionário público”, que apresenta uma quantidade muito alta de não eleitos e suplentes, com baixíssimo sucesso, seja com resultado de “eleito” ou “eleito pela média”. Já na ocupação “políticos” ocorre o inverso, pois mais da metade dos que se candidataram ou foram eleitos ou entraram na Casa pela média. Quando a variável é a ocupação, ser político profissional é um diferencial decisivo para a eleição a deputado federal.

Gráfico 1 – Número de candidatas, resultado eleitoral e ocupações, eleições Câmara dos Deputados, 2010

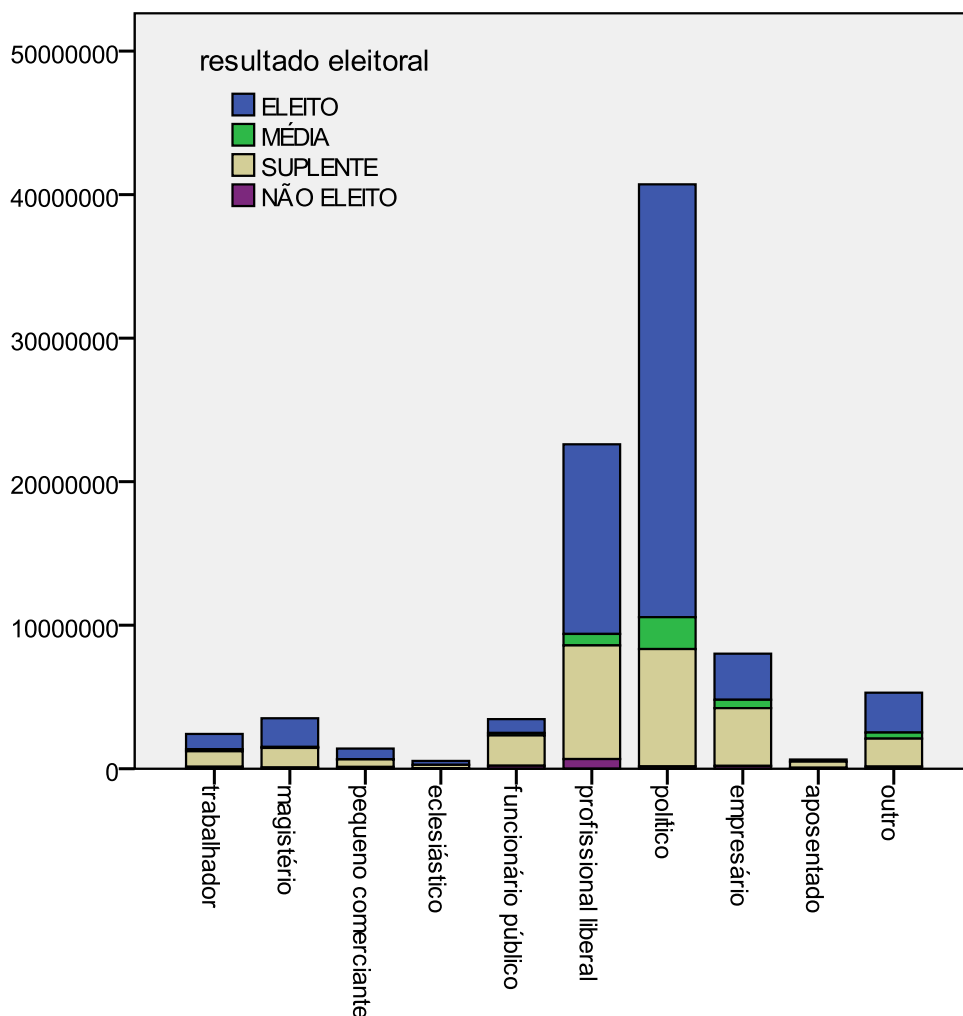


Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

O Gráfico 2 a seguir representa a mesma distribuição visual do gráfico anterior, porém substitui o número de candidatas por número de votos. Veja

como se inverte. Os políticos somam mais votos do que qualquer outra ocupação. Em seguida aparecem os profissionais liberais e depois os empresários.

Gráfico 2 – Votação nominal, resultado eleitoral e ocupações, eleições Câmara dos Deputados, 2010



Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

Isso se confirma com muita clareza quando se analisa a votação nominal média por ocupação agregada (Tabela 3). Enquanto os políticos somaram 74.983 votos em média, os demais grupos ocupacionais apresentam médias muito mais baixas: profissionais liberais atingem 20.969 votos, eclesiásticos 19.442, empresários 17.657, magistério com 15.491 e todas as demais ocupações abaixo disso.

Tabela 3 – Votação nominal média das categorias ocupacionais, eleições CD, 2010

	Mean	N	Std. Deviation
político	74 983,73	543	62554,62
profissional liberal	20 969,37	1078	59411,15
eclesiástico	19 442,96	28	38274,27
empresário	17 657,64	454	39081,95
magistério	15 491,95	227	46881,58
outro	10 130,71	523	29385,49
funcionário público	6 856,45	504	17348,8
pequeno comerciante	6 332,35	222	22034,53
trabalhador	6 328,81	383	19406,98
aposentado	3 963,68	162	10833,53
Total	21 489,97	4124	49140,21

Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

Uma curiosidade com respeito à Tabela 3 (já implícita na Tabela 1) se refere ao baixo desempenho médio dos funcionários públicos *vis à vis* às demais ocupações. Trata-se de um grupo historicamente bem representado no interior da elite política nacional (Rodrigues 2002; Rodrigues 2006), mas que, em função da especialização do campo político e das condições de competitividade aparenta perder o seu fôlego. A sua votação média ficou muito próxima dos trabalhadores e dos pequenos comerciantes, superando apenas a votação média dos aposentados. Se tal evidência se repetir nas eleições futuras, trata-se de um grupo que parece merecer um estudo à parte.

Esta seção se ocupou fundamentalmente de mensurar a distribuição sócio-ocupacional dos candidatos e eleitos para a CD em 2010, bem como demonstrar a superioridade de desempenho daqueles que competiram com a ocupação de político. Na seção seguinte a análise se desloca para como se dá a relação entre políticos profissionais e os diferentes partidos políticos.

O político de carreira e os partidos políticos

O debate em torno de como os partidos recrutam as suas bancadas em diferentes estratos sócio-ocupacionais já conta com importantes conclusões, dentre as quais se destacam duas: uma que correlaciona diferentes perfis ideológicos das bancadas centro-esquerda-direita com diferentes perfis profissionais de seus quadros (Rodrigues 2002); e outra que afirma que a carreira política da esquerda e da direita não são iguais (Santos & Serna 2007).

Note-se, entretanto, que esses trabalhos priorizam tratar dos principais partidos do país (geralmente aqueles que possuem as quatro, cinco ou seis maiores bancadas na CD), deixando de lado organizações menores, inclusive aquelas que, se não chegam a receber o rótulo de partidos relevantes (isto é,

com bancadas com mais de 5% da representação total da casa), estão longe de serem desprezíveis em termos numéricos. Como aqui estamos interessados na combinação da variável ocupacional “político profissional” com outras, veremos que é importante incluir alguns dos partidos que não figuram como os grandes partidos do país, justamente porque a diferença entre as grandes, médias e pequenas agremiações representa um importante elemento para dimensionar a presença dos profissionais entre os partidos brasileiros.

No interior do debate sobre recrutamento partidário e perfis das bancadas, importantes considerações passam ao largo da presente análise. Sobretudo no que diz respeito à complexa engrenagem interna (e peculiar a cada tipo organizacional) com que cada partido atrai, seleciona e promove os seus militantes em direção a um cargo político de destaque.

Ainda assim, os dados aqui permitem algumas considerações importantes a respeito da relação entre políticos e partidos no Brasil, ou sobre a relação entre os políticos e o sistema partidário brasileiro como um todo.

Pela Tabela 4 tem-se que os políticos profissionais estão acomodados nos grandes partidos nacionais, aqueles que a literatura reputa como os partidos relevantes. Além dos quatro mais expressivos (PT, PMDB, PSDB e DEM) que têm conquistado seguidamente as maiores bancadas federais, aqueles posicionados logo atrás (PR, PP) contam com mais de 20% de suas candidaturas na ocupação “político profissional”.

Tabela 4 - Candidatos, eleitos e político profissional pelos principais partidos, eleições Câmara dos Deputados, 2010

	Candid(N)	Candid%	Eleito(N)	Eleito(%)	Político(N)	Político(%)	taxa sucesso*
outros	1547	37,51	63	4,1%	85	5,5%	0,04
PMDB	306	7,42	78	25,5%	80	26,1%	0,25
PT	302	7,32	86	28,5%	70	23,2%	0,28
PSDB	237	5,75	54	22,8%	59	24,9%	0,23
DEM	164	3,98	43	26,2%	48	29,3%	0,26
PP	181	4,39	44	24,3%	39	21,5%	0,24
PSB	259	6,28	35	13,5%	35	13,5%	0,14
PR	151	3,66	41	27,2%	34	22,5%	0,27
PV	292	7,08	13	4,5%	24	8,2%	0,04
PSC	162	3,93	17	10,5%	21	13,0%	0,10
PPS	125	3,03	12	9,6%	15	12,0%	0,10
PRB	117	2,84	8	6,8%	12	10,3%	0,07
PCDOB	108	2,62	15	13,9%	11	10,2%	0,14
PMN	173	4,19	4	2,3%	10	5,8%	0,02
Total	4124	100,00	513	12,4%	543	13,2%	0,12

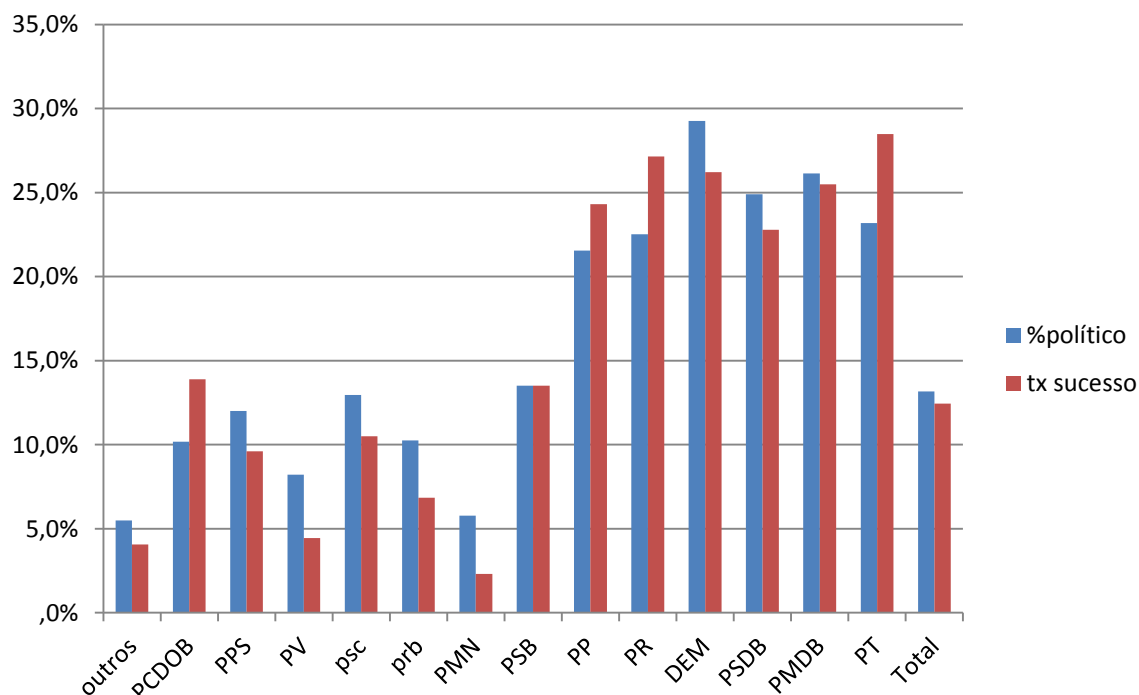
Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

* Taxa de sucesso é definida dividindo o Eleito(N) pelo Candidato(N), isto é, o número de eleitos pelo número de candidatos por partido político.

Tão significativa quanto a parcela expressiva de “políticos” entre os partidos grandes é a quantidade modesta entre os partidos pequenos. Nas eleições de 2010, os partidos que conquistaram bancadas discretas (PMN, PCdoB, PRB, PPS, PSC) apresentam quantidades inferiores de políticos profissionais.

Da constatação acima formulamos o gráfico abaixo. Trata-se da comparação de apenas duas colunas da Tabela 4, uma referente ao percentual de *candidatos* com ocupação “político” e outra referente ao sucesso de cada partido.

Gráfico 3- Percentagem de candidatos políticos e percentual de taxa de sucesso por partido político - Eleições para CD, 2010



Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

Nota: “%político” se refere à quantidade de candidatos a deputado federal que afirmaram ter como ocupação algum cargo eletivo nas três níveis de poder.

O percentual de taxa de sucesso foi elaborado a partir da divisão do número de eleitos pelo número de candidatos em cada partido, multiplicados por 100.

Temos aqui uma associação expressiva entre as duas linhas, indicando que o sucesso do partido está positivamente associado à sua proporção de políticos profissionais candidatos. Num primeiro momento, a associação esperada aqui se referia ao percentual de políticos eleitos, e não aos candidatos.

Entretanto, os políticos desfrutam de sucesso em todos os partidos, incluindo aqueles que tem pequena taxa de sucesso, de modo que não haveria diferença marcante entre os distintos partidos com relação a esse dado⁵.

Assim, naqueles partidos em que estão em minoria absoluta quando candidatos (entre 5 e 10%), os políticos profissionais alcançam êxito eleitoral e ocupam metade das cadeiras de suas bancadas eleitas (partidos menores, PMN, PPS, PV). Especialmente nesses pequenos partidos, deve-se levar em conta um achado que os dados aqui permitem afirmar: há uma relação entre a fraqueza eleitoral da organização, a baixa incidência de políticos profissionais nas listas eleitorais e uma taxa de sucesso reduzida.

Tal constatação lança questões importantes para o tipo de recrutamento partidário e a formação das listas dessas organizações, nomeadamente como se dá a definição do total de candidatos, separando-se quem são os candidatos efetivamente eleitos daqueles candidatos que sequer apresentam chances reais de vitória. Não é de se duvidar que o impacto de outras variáveis sociais seja especialmente importante no interior dessas organizações, como grau de instrução, perfis profissionais e experiência partidária prévia.

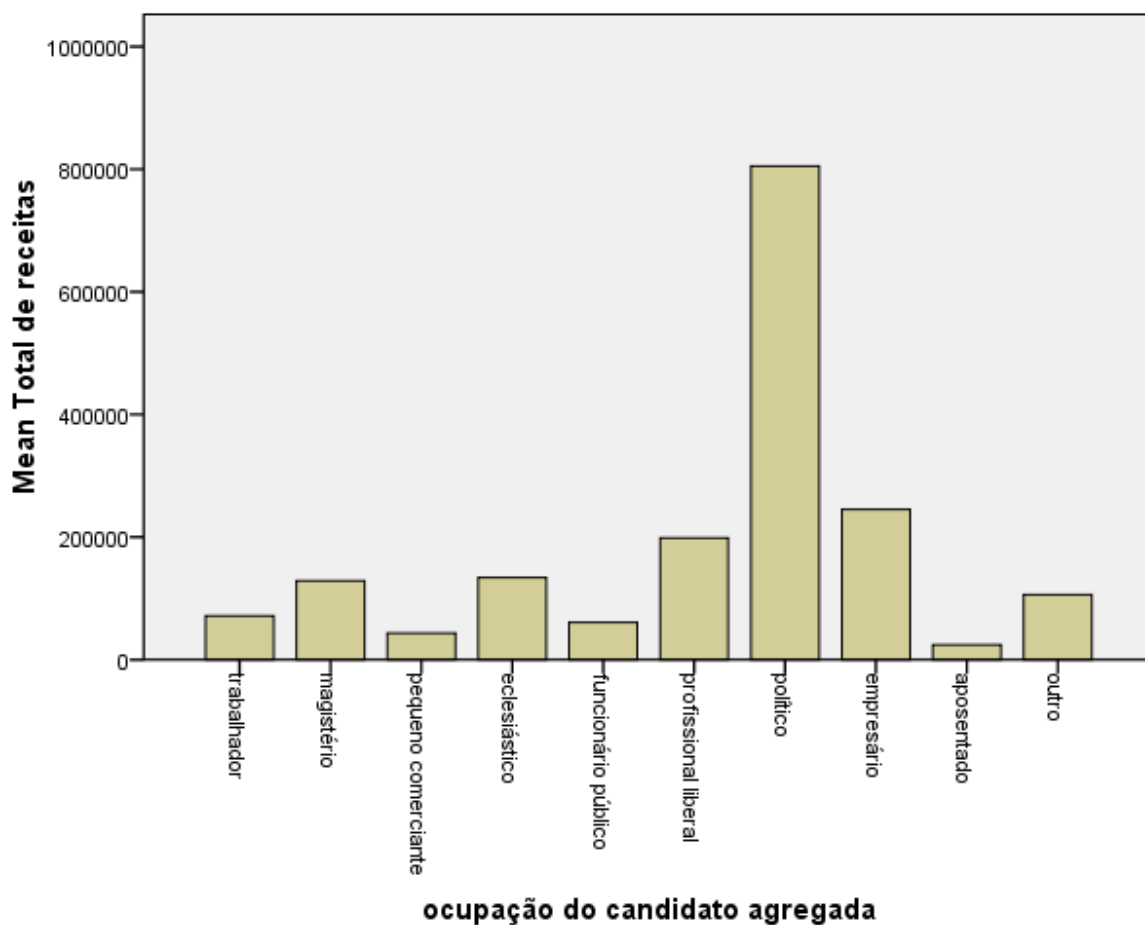
Político profissional e receitas de campanha

Nos anos recentes a Ciência Política brasileira vem se dedicando cada vez mais ao peso que os indicadores de financiamento de campanha exercem sobre os resultados das urnas.

Trata-se de uma frente importante que só pode ser conduzida graças à melhoria das fontes oficiais sobre esse tipo de informação. De modo que é consenso a forte associação entre quantidade de recursos financeiros e sucesso eleitoral, conduzindo esse grupo de pesquisadores ao enfrentamento de questões mais detalhadas a respeito do fenômeno, tais como: diferentes origens dos recursos, relação com a televisão, doações de empresas e retorno em políticas públicas, e assim por diante.

⁵ A proporção de políticos profissionais dentre os eleitos ficou com a seguinte distribuição: PCdoB 40%, PPS 58,3%, PV 61,5%, PSC 64,7%, PRB 62,5%, PMN 50%, PSB 45,7%, PP 58,2%, PR 61%, DEM 53,5%, PSDB 59,3%, PMDB 56,4%, e PT 52,3%.

Gráfico 4 – Média do total de receitas por ocupação, eleições Câmara dos Deputados, 2010



Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

O dado apresentado acima indica que aqui nessa importante frente de investigação a categoria político profissional também representa uma variável importante que merece atenção.

Como o Gráfico 4 demonstra, os políticos profissionais apresentam uma arrecadação muito superior às demais categorias ocupacionais, inclusive em relação aos empresários. Enquanto a média daquele grupo supera R\$ 800 mil, esses ficam com uma média de R\$ 245 mil; seguidos dos profissionais liberais com R\$ 198 mil em média. Todos os demais ficam abaixo da média de R\$ 140 mil.

Considerações Finais

Esse *paper* procurou apresentar resultados sobre como a variável ocupacional “político profissional” (tal como é possível depreender dos dados de registro de candidaturas dos TREs) se comporta tendo em vista outras variáveis da disputa para o cargo de deputado federal na eleição brasileira de 2010. De acordo com o exposto, a constatação de que esse grupo de candidatos se apresenta como o grupo mais competitivo parece consistente.

O comportamento dessa variável com outras presentes na competição eleitoral pode ser resumida assim: quando comparada com outras categorias ocupacionais, trata-se daquela que apresenta a maior proporção entre os eleitos, numa margem que chega a ser superior à proporção de candidatos da categoria. Também supera categorias importantes da composição do pessoal político do país, dentre as quais os empresários, profissionais liberais, magistério e funcionários públicos. Em segundo lugar, quando analisamos o desempenho eleitoral das ocupações, nenhuma categoria chega próxima da força eleitoral observada entre os políticos. Em terceiro, os profissionais da política estão concentrados nos principais partidos nacionais, aqueles cujas bancadas superam os 30 parlamentares ou mais. Nesse ponto, inclusive, é interessante como parece haver uma retroalimentação entre o bom desempenho do partido e a presença dos políticos. Possivelmente, trata-se de uma via de mão dupla: os grandes partidos selecionam seus candidatos entre políticos já consagrados previamente pelas urnas, ao passo que estes tendem a priorizar organizações com maiores chances de eleição. Embora soe como óbvia, esta constatação não deve ser desprezada, sobretudo se a perspectiva da investigação quiser explicar mais detalhadamente o desempenho daqueles partidos fracos (do que decorre a necessidade de investigar o tipo de candidato das pequenas agremiações).

Por último, são os políticos de carreira os que arrecadam mais recursos financeiros e concentram a maior quantidade de dinheiro em suas campanhas. Em eleições em que cada vez mais a variável “financiamento” se apresenta como central é importante incorporar o perfil do candidato para se dimensionar adequadamente como os financiadores canalizam os seus recursos.

Finalmente, diante dos dados aqui reunidos e dos trabalhos que já apresentaram achados semelhantes, nos parece que as análises futuras que pretendam entender corretamente a chegada dos indivíduos ao universo da elite política nacional devem dimensionar mais detalhadamente como se dá a articulação entre variáveis de titulação escolar, os perfis ocupacionais mais franqueados à carreira política (e quão prematura é a relação entre ocupação de origem e a carreira política) para, a partir daí, discutir detidamente a diferença entre essas variáveis no interior dos partidos políticos. Esse *paper* demonstrou que a carreira política já consagrada representa um elemento chave a interferir no desempenho eleitoral dos deputados federais brasileiros (colocando esses indivíduos em partidos fortes e arrecadando mais recursos). O ponto cego está em determinar como se dá a entrada nas carreiras e os processos subsequentes de acesso aos postos políticos nacionais, mediados pelos distintos padrões partidários de promoção.

Referências

- Best, H. & Cotta, M., 2000. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. H. Best & M. Cotta, eds., Oxford, England: Oxford University Press. Available at: <http://ukcatalogue.oup.com/product/9780198297932.do>.
- Bohn, S.R., 2007. Women and candidate quality in the elections for the Senate: Brazil and the United States in comparative perspective. *Brazilian Political Science Review*, 1(2), pp.74-107. Available at: http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_bpsr/v2nse/a03v2nse.pdf.
- Braga, M. do S.S., Veiga, L.F. & Miriade, A., 2009. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70), pp.123-142. Available at: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a08v2470.pdf> [Accessed July 15, 2012].
- Freire, A., 2002. A profissionalização política dos deputados portugueses. *Sociologia*, 12, pp.27-56. Available at: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1489.pdf>.
- Gaxie, D., 1983. Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Cinquième République de 1959 à 1981. *Revue française de sociologie*, 24(3), pp.441-465.
- Gaxie, D., 1980. Les logiques du recrutement politique. *Revue française de science politique*, 30(1), pp.5-45. Available at: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1980_num_30_1_393877.
- Giddens, A., 1974. Elites in the British class structure. In P. Stanworth & A. Giddens, eds. *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-21.
- Guttsman, W.L., 1974. The British Political Elite and the Class Structure. In P. Stanworth & A. Giddens, eds. *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 22-44.
- Di Martino, M., 2009. *A política como profissão: análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. Universidade de São Paulo. Available at: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122009-091931/pt-br.php>.
- Norris, P., 1997. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, New York: Cambridge University Press. Available at: http://books.google.com.br/books/about/Passages_to_Power.html?id=mm1pZuegYD4C&redir_esc=y.
- Perissinotto, Renato M. & Bolognesi, B., 2010. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, 4(1), pp.10-32. Available at: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1981->

- 38212010000100001&script=sci_arttext&tlng=es [Accessed July 15, 2012].
- Perissinotto, Renato Monseff & Bolognesi, B., 2010. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, 4(1), pp.10-32. Available at: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1981-38212010000100001&script=sci_arttext&tlng=es.
- Perissinotto, Renato Monseff & Miriade, A., 2009. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, 52(2), pp.301-333. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt [Accessed July 15, 2012].
- Pinto, A.C. & Freire, A., 2003. *Elites, Sociedade e Mudança Política* A. C. Pinto & A. Freire, eds., Oeiras: Celta.
- Polsby, N.W., 2008. A institucionalização da câmara dos deputados dos Estados Unidos. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), pp.221-251. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt [Accessed July 15, 2012].
- Putnam, R.D., 1976. *The Comparative Study of Political Elites*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.
- Rodrigues, L.M., 2006. *Mudanças na classe política brasileira*, São Paulo: PubliFolha.
- Rodrigues, L.M., 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo: Edusp.
- Samuels, D., 2008. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. In P. Siavelis & S. Morgenstern, eds. *Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*. University Park, PA: Penn State University Press, pp. 76-91.
- Santos, A.M. dos & Serna, M., 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), pp.93-113. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt [Accessed July 15, 2012].
- Stanworth, P. & Giddens, A., 1974. *Elites and Power in British Society* S. Philip & A. Giddens, eds., Cambridge: Cambridge University Press. Available at: <http://books.google.com.br/books?id=Syg4AAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.
- Weber, M., 1994. The Profession and Vocation of Politics. In P. Lassman & R. Speirs, eds. *Weber: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 309-369.

Tabela 5 – Grau de instrução por resultado eleitoral, Câmara dos Deputados, 2010.

grau de instrução * resultado binário Crosstabulation				
		NÃO ELEITO	ELEITO	total
	lê e escreve	26	1	27
		96,3%	3,7%	100,0%
	fundamental incompleto	99	2	101
		98,0%	2,0%	100,0%
	fundamental completo	237	18	255
		92,9%	7,1%	100,0%
grau de instrução	médio incompleto	117	4	121
		96,7%	3,3%	100,0%
	médio completo	822	45	867
		94,8%	5,2%	100,0%
	superior incompleto	415	44	459
		90,4%	9,6%	100,0%
	superior completo	1895	399	2294
		82,6%	17,4%	100,0%
	Total	3611	513	4124
		87,6%	12,4%	100,0%

Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

Tabela 6 – Sexo por resultado eleitoral, Câmara dos Deputados, 2010.

sexo * resultado binário Crosstabulation				
		NÃO ELEITO	ELEITO	total
	feminino	644	45	689
		93,5%	6,5%	100,0%
sexo	masculino	2967	468	3435
		86,4%	13,6%	100,0%
	Total	3611	513	4124
		87,6%	12,4%	100,0%

Fonte: NUSP-UFPR, a partir do TSE.

como citar:

Costa, Luiz Domingos; Codato, Adriano. Competição e profissionalização política: as eleições para deputado federal no Brasil em 2010. **working papers/textos para discussão. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, n. 6, agosto 2012. p. 1-21. ISSN



Copyright© 2012

observatory of social and political elites of brazil
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

working papers series/coleção textos para discussão

editor: Adriano Codato (ufpr)

comitê editorial: Bruno Bolghesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: uelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of social and political elites of brazil** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of social and political elites of brazil**.

Working Papers are available online at <http://observatory-elites.org/working-paper-series/> and subscriptions can be requested by email to uelites@gmail.com.

ISSN